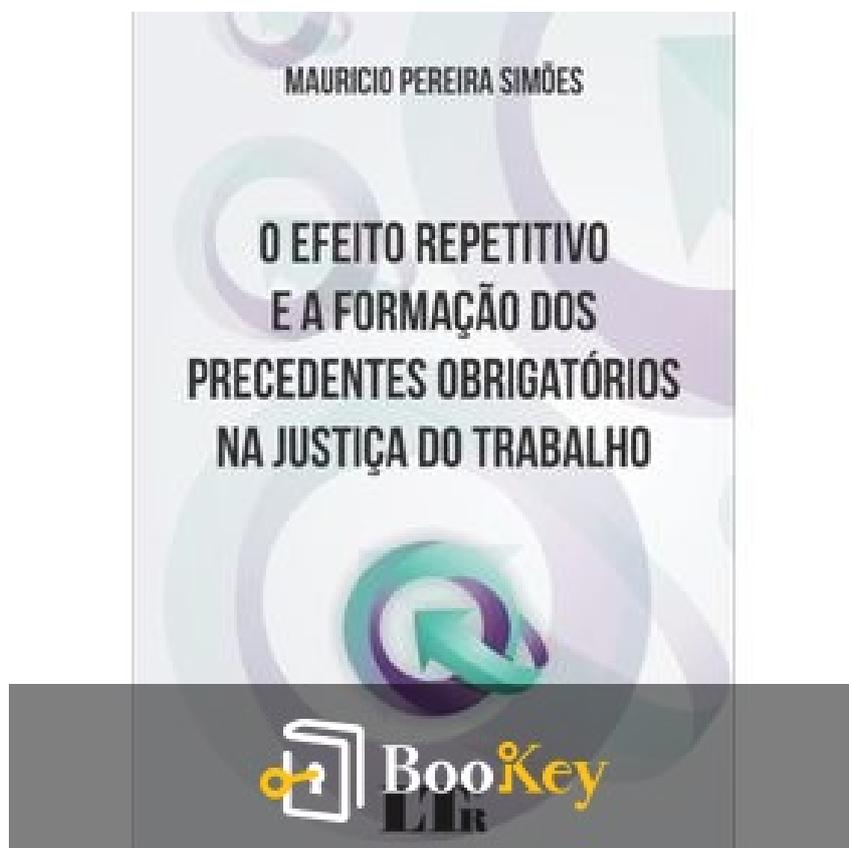


Efeito Repetitivo E A Formação Dos Precedentes Obrigatórios Na Justiça Do Trabalho, O PDF

MAURICIO PEREIRA SIMOES



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Descrição do Produto

No contexto atual do Direito Processual do Trabalho, é fundamental entender como se forma a jurisprudência persuasiva e quais são os precedentes vinculantes.

Esta obra representa o resultado de uma pesquisa aprofundada realizada pelo autor, que inicia sua análise abordando os diferentes órgãos da Justiça do Trabalho. O estudo percorre as tensões existentes entre a legislação codificada e a teoria da argumentação, culminando em uma discussão sobre a intersecção entre as mudanças no sistema recursal trabalhista e o novo Código de Processo Civil. Além disso, o autor não se furtou a explorar a relevância dos princípios do common law e como estes influenciam tanto a formação quanto a interpretação dos precedentes obrigatórios.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento Pessoal

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Efeito Repetitivo E A Formação Dos Precedentes Obrigatórios Na Justiça Do Trabalho, O Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Efeito Repetitivo E A Formação Dos Precedentes Obrigatórios Na Justiça Do Trabalho, O**

O livro "Efeito Repetitivo e a Formação dos Precedentes Obrigatórios na Justiça do Trabalho", de Maurício Pereira Simões, é especialmente indicado para juristas, advogados, estudantes de Direito e profissionais da área trabalhista que buscam compreender a dinâmica dos precedentes judiciais e seu impacto nas decisões da Justiça do Trabalho. Além disso, magistrados e desembargadores que atuam na resolução de litígios trabalhistas encontrarão no texto uma análise aprofundada sobre a importância dos efeitos repetitivos na uniformização da jurisprudência, contribuindo para uma maior segurança jurídica e efetividade nas relações de trabalho. O livro também é útil para acadêmicos que procuram referências atualizadas sobre a temática e desejam debater a evolução do sistema jurídico brasileiro nesse contexto.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Efeito Repetitivo E A Formação Dos Precedentes Obrigatórios Na Justiça Do Trabalho, O em formato de tabela

Tema	Descrição
Título	EFEITO REPETITIVO E A FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
Autor	Maurício Pereira Simões
Contexto	Aborda a aplicação de precedentes obrigatórios na Justiça do Trabalho, especialmente em relação ao efeito repetitivo.
Conceito de Efeito Repetitivo	Mecanismo que permite a uniformização da jurisprudência, evitando decisões divergentes em casos semelhantes.
Precedentes Obrigatórios	São decisões que devem ser seguidas por outros órgãos do Judiciário, promovendo segurança jurídica.
Importância	A formação de precedentes busca efetivar princípios como a isonomia e a previsibilidade nas decisões judiciais.
Análise Crítica	Crítica à forma como os precedentes são construídos e aplicados, propondo uma reflexão sobre a justiça e a eficácia das decisões.
Impacto na Justiça do Trabalho	Examinar como esses institutos influenciam o cotidiano forense e a resolução de conflitos laborais.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Tema	Descrição
Objetivo do Livro	Explorar a relação entre efeito repetitivo e formação de precedentes na Justiça do Trabalho, além de suas implicações jurídicas.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Efeito Repetitivo E A Formação Dos Precedentes Obrigatórios Na Justiça Do Trabalho, O Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Efeito Repetitivo e sua Importância na Justiça do Trabalho
2. O Conceito de Precedentes Obrigatórios e sua Evolução Jurisprudencial
3. Análise da Aplicação do Efeito Repetitivo nos Tribunais Trabalhistas
4. Impactos do Efeito Repetitivo na Segurança Jurídica e na Efetividade da Justiça
5. Desafios e Críticas ao Sistema de Precedentes Obrigatórios
6. Considerações Finais sobre o Futuro dos Precedentes na Justiça do Trabalho

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Efeito Repetitivo e sua Importância na Justiça do Trabalho

Na esfera da Justiça do Trabalho, a adoção do sistema de precedentes obrigatórios envolve a implementação do efeito repetitivo, um mecanismo que visa conferir uniformidade e previsibilidade às decisões judiciais. Este efeito é crucial para a consolidação de uma jurisprudência mais coesa, uma vez que permite que questões jurídicas repetidas recebam tratamento similar, evitando decisões divergentes.

A introdução do efeito repetitivo no ordenamento jurídico trabalhista brasileiro é uma resposta à necessidade de otimizar a eficiência processual e reduzir a quantidade de litígios que chegam aos tribunais superiores. Isso facilita a análise e o julgamento de casos semelhantes, promovendo uma resposta mais ágil e equitativa para os interesses dos trabalhadores e empregadores. A importância desse mecanismo não se resume apenas à economia processual; ele também reflete um compromisso com a segurança jurídica, na medida em que as partes têm a expectativa de que suas demandas serão resolvidas com base em precedentes estabelecidos.

Dessa forma, a introdução do efeito repetitivo se alinha ao princípio da isonomia, assegurando que soluções justas e equitativas sejam aplicadas a situações análogas. Esta previsibilidade nas decisões contribui para um ambiente de trabalho mais estável e confiável, aumentando a confiança das



partes no sistema judiciário.

Portanto, o efeito repetitivo emerge como um instrumento essencial na reforma e modernização da Justiça do Trabalho, visando não apenas o aumento da eficiência do Judiciário, mas também a promoção de um sistema mais justo e disponível para todos. O impacto desse efeito pode ser amplamente observado nas relações de trabalho, onde a clareza nas decisões judiciais reflete na dinâmica das relações laborais, na atuação dos advogados e na formulação de políticas públicas.

Em suma, entender o efeito repetitivo e sua aplicação na Justiça do Trabalho é fundamental para perceber como ele pode moldar o futuro da jurisdição trabalhista, promovendo estabilidade e justiça aos envolvidos nas relações de trabalho.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. O Conceito de Precedentes Obrigatórios e sua Evolução Jurisprudencial

Os precedentes obrigatórios constituem um dos pilares fundamentais do sistema jurídico contemporâneo, especialmente no que diz respeito à busca por uma atuação mais coesa e uniforme do Judiciário. No contexto da Justiça do Trabalho, esses precedentes se tornam ainda mais relevantes devido à natureza dinâmica e frequentemente controvertida das relações de trabalho. Em essência, um precedente obrigatório é uma decisão judicial que deve ser seguida em casos futuros que apresentem situações semelhantes, promovendo a previsibilidade e a segurança jurídica.

Historicamente, a evolução dos precedentes obrigatórios no Brasil está atrelada ao sistema da common law, em que as decisões dos tribunais superiores servem como guias para a atuação dos juízes em instâncias inferiores. Contudo, é fundamental mencionar que o sistema jurídico brasileiro, por sua tradição de civil law, não foi estruturado inicialmente para a imutabilidade dos precedentes. No entanto, com as reformas processuais e a crescente necessidade de uniformização das decisões judiciais, especialmente a partir da promulgação do Código de Processo Civil de 2015, houve uma significativa mudança de paradigma.

O advento do sistema de resolução de demandas repetitivas, regulamentado no artigo 976 e seguintes do Código de Processo Civil, teve grande impacto



na formação dos precedentes obrigatórios. Nesse sistema, quando um tribunal superior se depara com um grande número de recursos idênticos, poderá decidir coletivamente a questão, estabelecendo um precedente que obrigará todas as instâncias inferiores a seguir a mesma linha de raciocínio em casos futuros. Isso não apenas proporciona eficiência ao sistema judicial, mas também fortalece o princípio da isonomia ao garantir que casos análogos sejam tratados de maneira semelhante.

Na Justiça do Trabalho, a introdução dos precedentes obrigatórios se revela como uma resposta a um dos grandes desafios enfrentados pelo judiciário trabalhista: a sobrecarga de processos e a disparidade de decisões em situações similarmente complexas. Com os precedentes, busca-se dar maior estabilidade às decisões e facilitar a leitura do ordenamento jurídico pelos operadores do Direito. A Resolução 174/2016 do TST, que explica a aplicação do efeito repetitivo e trata da sistematização de precedentes, é um marco nessa trajetória, colocando o Tribunal Superior do Trabalho na vanguarda da valorização dos precedentes.

A evolução jurisprudencial dos precedentes obrigatórios também reflete um movimento de maior diálogo entre os diferentes níveis do Judiciário. O cotejo entre as decisões proferidas em diferentes instâncias do Judiciário permite aos tribunais superiores não apenas dirimir conflitos entre decisões, mas também melhorar seus próprios entendimentos sobre questões que



possuem relevância social e econômica.

Em suma, os precedentes obrigatórios têm se mostrado um importante avanço na Justiça do Trabalho, mas a sua efetiva aplicação e a consolidação de sua natureza vinculante ainda dependem de um contínuo desenvolvimento jurisprudencial e da adaptação de todos os envolvidos no processo judiciário. \nEssa evolução traz consigo a esperança de um sistema mais justo e eficiente, capaz de garantir a todos os cidadãos a proteção de seus direitos trabalhistas de forma equânime e previsível.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Análise da Aplicação do Efeito Repetitivo nos Tribunais Trabalhistas

A análise da aplicação do efeito repetitivo nos tribunais trabalhistas revela não apenas uma mudança na dinâmica da Justiça do Trabalho, mas também uma reflexão crítica sobre como essa instância se adapta a um sistema que busca promover maior eficiência e uniformidade nas decisões. O efeito repetitivo, introduzido pela Lei nº 13.105/2015, estabelece um mecanismo pelo qual questões jurídicas que envolvem idêntica matéria podem ser decididas de forma unificada quando há repetição de casos similares.

Primeiramente, é necessário compreender que os tribunais trabalhistas, tradicionalmente, lidavam com um grande volume de processos, o que muitas vezes resultava em decisões divergentes acerca de questões semelhantes. Essa diversidade nas decisões era fonte de insegurança jurídica para os trabalhadores e empregadores. Com a introdução do efeito repetitivo, a expectativa era de que as Turmas Regionais do Tribunal Superior do Trabalho (TST) pudessem intensificar o papel de precedentes, proporcionando maior confiabilidade e previsibilidade nas decisões.

A aplicação prática do efeito repetitivo nos tribunais trabalhistas tem se mostrado tanto positiva quanto desafiadora. Por um lado, a sistematização das decisões tem contribuído para a diminuição da carga de trabalho dos juízes e tribunais, permitindo que casos idênticos sejam resolvidos de forma



mais rápida e eficaz. Os tribunais têm conseguido elaborar enunciados que sintetizam o entendimento jurisprudencial sobre determinada matéria, levando a uma maior uniformidade das decisões e favorecendo o princípio da isonomia no tratamento de casos semelhantes, um dos pilares do direito trabalhista.

Entretanto, a implementação do efeito repetitivo não é isenta de críticas e desafios. Um ponto crucial é a resistência de alguns juízes e advogados, que, por vezes, argumentam que a aplicação rígida de precedentes pode cercear a análise individualizada de cada caso. No ambiente do Direito do Trabalho, onde as relações são frequentemente permeadas por particularidades e nuances, há receio de que a padronização excessiva possa prejudicar o acesso à justiça e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

Adicionalmente, a seleção dos casos que serão considerados para efeito repetitivo levanta questões sobre a representatividade e a abrangência das decisões. A escolha de precedentes deve considerar a diversidade de situações enfrentadas no âmbito trabalhista, para que os efeitos da decisão sejam aplicáveis e justos a uma ampla gama de trabalhadores e empregadores.

Com isso, a análise da aplicação do efeito repetitivo nos tribunais trabalhistas deve considerar tanto os avanços que ele representa em termos



de eficiência e segurança jurídica, quanto os desafios que ainda persistem diante de um sistema que se busca adaptar a uma nova realidade. A evolução desse mecanismo será fundamental para compreender a efetividade dos precedentes na Justiça do Trabalho e sua capacidade de garantir uma justiça mais equitativa para todos os envolvidos.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Impactos do Efeito Repetitivo na Segurança Jurídica e na Efetividade da Justiça

O efeito repetitivo, instituído pela Lei nº 13.015/2014, representa um novo paradigma na Justiça do Trabalho brasileira, funcionando como um mecanismo que busca uniformizar a interpretação das normas jurídicas. Este instrumento tem relevância não apenas por sua função técnica, mas, principalmente, por seus impactos diretos na segurança jurídica e na efetividade da Justiça.

Um dos principais impactos do efeito repetitivo é o fortalecimento da segurança jurídica, que se traduz na previsibilidade das decisões judiciais. A uniformidade criada pelo reconhecimento de precedentes obrigatórios reduzirá a variabilidade das decisões dos tribunais, propiciando um cenário mais estável e confiável tanto para trabalhadores quanto para empregadores. Nesse contexto, as partes envolvidas em litígios laborais poderão ter maior clareza sobre seus direitos e deveres, sabendo com antecedência como a Justiça do Trabalho tende a se posicionar em casos similares, o que diminui a insegurança que muitas vezes permeia as relações trabalhistas.

Ademais, a segurança jurídica é um pilar essencial para a consolidação do Estado de Direito, pois propicia um ambiente propício ao investimento e à atividade econômica. Empresas, sabendo que suas questões serão decididas de acordo com precedentes estabelecidos, tendem a ajustar suas práticas



internas e a manter a confiança nas relações laborais, fundamental para seu bom funcionamento e crescimento. Ao mesmo tempo, trabalhadores, cientes de que suas reivindicações serão analisadas com base em decisões anteriores, podem se sentir mais amparados para buscar seus direitos, promovendo uma maior equidade na relação trabalhista.

Além da segurança jurídica, o efeito repetitivo também influencia a efetividade da Justiça. Com a adoção de precedentes obrigatórios, busca-se diminuir a morosidade dos processos trabalhistas, uma vez que casos repetitivos podem ser decididos de maneira mais célere. A centralização da jurisprudência permite que os juízes de primeira instância tenham decisões claras a seguir, o que potencializa a rapidez nas sentenças e reduz a quantidade de recursos, que muitas vezes se arrastam por anos nas instâncias superiores.

Esse incentivo à efetividade da Justiça é crucial em um sistema que ainda enfrenta os desafios da lentidão processual. A celeridade proporcionada pelo sistema de precedentes pode, portanto, facilitar o acesso à Justiça para aqueles que mais precisam, garantindo que as demandas trabalhistas sejam apreciadas em tempo hábil e com a devida atenção. Em última análise, isso contribui para a satisfação social com a Justiça e reforça a legitimidade dos tribunais.



Contudo, é importante ressaltar que, para que o efeito repetitivo cumpra efetivamente seu papel, é necessário que exista um compromisso dos magistrados e dos operadores do Direito em respeitar os precedentes estabelecidos, evitando decisões divergentes que possam comprometer os benefícios esperados em termos de segurança e efetividade. Assim, os impactos do efeito repetitivo sobre a segurança jurídica e a efetividade da Justiça do Trabalho exigem um olhar atento e proativo na aplicação desse novo mecanismo, que, se bem utilizado, poderá representar um avanço significativo na administração da Justiça no Brasil.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Desafios e Críticas ao Sistema de Precedentes Obrigatórios

O sistema de precedentes obrigatórios na Justiça do Trabalho, embora traga uma série de avanços na busca pela previsibilidade e segurança jurídica, não está isento de desafios e críticas que merecem uma análise aprofundada. Um dos desafios mais significativos refere-se à aplicação prática dos precedentes, que pode variar entre os tribunais e ainda deixar espaço para interpretações contraditórias. Essa diversidade na aplicação pode gerar insegurança jurídica, especialmente para os trabalhadores que buscam direitos e indenizações, já que decisões em casos semelhantes podem levar a resultados distintos dependendo da instância ou do juiz responsável.

Além disso, a padronização das decisões — um dos objetivos centrais do sistema de precedentes — pode, paradoxalmente, limitar a flexibilidade necessária para lidar com a complexidade e nuances de cada caso específico. A rigidez do sistema de precedentes obrigatórios pode desconsiderar o contexto particular de algumas relações de trabalho, levando a decisões que, apesar de seguir a norma, podem não atender de maneira justa às necessidades dos trabalhadores em determinados casos. Isso gera uma crítica de que o sistema pode priorizar a eficiência em detrimento da equidade.

Outro ponto de crítica é o temor de que o efeito repetitivo e a criação de precedentes possa criar um engessamento na jurisprudência. A dependência



excessiva de precedentes poderia inibir a inovação e a evolução do direito trabalhista, uma vez que novas interpretações e soluções para problemas contemporâneos poderiam ser desencorajadas, levando a uma estagnação na Justiça. Esse aspecto se torna ainda mais relevante em um cenário de constantes mudanças socioeconômicas, onde a adaptabilidade do sistema é crucial para atender as necessidades da sociedade.

A questão da formação dos precedentes também levanta críticas em relação ao papel do próprio Judiciário. Muitos argumentam que o sistema pode transferir excessiva responsabilidade ao Poder Judiciário em moldar o Direito do Trabalho, uma função que, para alguns, deveria ser compartilhada com o legislador. O receio é que essa concentração de poderes leve a decisões que reflitam mais a visão dos tribunais do que as reais demandas e desafios enfrentados pelos trabalhadores e empregadores no dia a dia.

Por fim, a implementação do sistema de precedentes obrigatórios na Justiça do Trabalho revela ainda a necessidade de um debate mais amplo sobre os critérios de escolha dos casos que se tornariam precedentes e como isso impacta as partes envolvidas. A transparência no processo de decisão sobre quais casos serão escolhidos e a acessibilidade a esses precedentes são fundamentais para garantir que o sistema atenda eficazmente a todos os envolvidos, promovendo um acesso igualitário à justiça.



Portanto, enquanto o sistema de precedentes obrigatórios na Justiça do Trabalho apresenta potencial para melhorar a previsibilidade e a uniformidade das decisões, ele também enfrenta desafios significativos que precisam ser abordados. A continuidade desse debate é imprescindível para que o sistema possa ser aprimorado, garantindo que, ao lado da segurança jurídica, se preservem a justiça e os direitos dos trabalhadores.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Considerações Finais sobre o Futuro dos Precedentes na Justiça do Trabalho

As considerações finais sobre o futuro dos precedentes na Justiça do Trabalho revelam um cenário de profundas transformações e desafios que permeiam o sistema judiciário. A implementação do efeito repetitivo, com sua vertente de precedentes obrigatórios, representa um avanço significativo para a uniformização das decisões e a promoção da segurança jurídica. Contudo, sua efetividade ainda está longe de ser plenamente alcançada, e diversos aspectos precisam ser considerados para que possamos vislumbrar um futuro promissor nesse contexto.

Em primeiro lugar, é fundamental que os tribunais trabalhistas continuem a consolidar e aprimorar a aplicação do efeito repetitivo. A criação de um verdadeiro sistema de precedentes, que não apenas regule a casuística de forma automática, mas que também seja capaz de atender às particularidades de cada situação, depende da evolução contínua das práticas e da interpretação jurisprudencial. A combinação de decisões estandardizadas com a sensibilidade às especificidades do Direito do Trabalho é imprescindível para que se mantenha a justiça e a equidade nas decisões.

Ademais, é imprescindível que o Poder Judiciário e os operadores do Direito invistam em capacitação e em uma cultura de precedentes que valorize a pesquisa e a análise de acórdãos já proferidos. A promoção de seminários,



grupos de trabalho e debates acadêmicos pode ser uma estratégia eficaz para ampliar a compreensão do efeito repetitivo e dos precedentes, não apenas entre os magistrados, mas também entre advogados e parte dos jurisdicionados. Essa troca de informações pode facilitar a construção de um ambiente em que a segurança jurídica se efetive na prática, e não somente na teoria.

Outro aspecto relevante é a avaliação crítica das decisões dos tribunais superiores, que devem ser constantemente analisadas para que haja uma real aproximação com as necessidades sociais e as peculiaridades do Direito do Trabalho. As relações trabalhistas evoluem em consequência das novas dinâmicas de mercado e da transformação social. Assim, é essencial que o sistema de precedentes não se torne uma ferramenta rígida, mas sim uma via fluida que se adapte às demandas contemporâneas, promovendo a justiça social sem abrir mão da previsibilidade necessária.

Por fim, o futuro dos precedentes na Justiça do Trabalho também depende do fortalecimento da comunicação entre as diversas instâncias do Judiciário e a sociedade. A transparência nos processos decisórios e a fácil acesso às informações são essenciais para que o cidadão, que muitas vezes se encontra em um contexto de vulnerabilidade, saiba como os precedentes podem influenciar seu caso e as possíveis consequências jurídicas de suas ações.



Em suma, o futuro dos precedentes na Justiça do Trabalho é promissor, desde que encarado como um processo em evolução. O compromisso com a implementação eficaz do efeito repetitivo, a adaptação às demandas sociais e a promoção da transparência e conhecimento jurídico serão as base fundamentais para que os precedentes cumpram seu papel de garantir justiça e segurança às partes envolvidas.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Efeito Repetitivo E A Formação Dos Precedentes Obrigatórios Na Justiça Do Trabalho, O

1. A adoção do efeito repetitivo busca uniformizar a jurisprudência, garantindo segurança jurídica e previsibilidade nas decisões trabalhistas.
2. Os precedentes obrigatórios, ao serem aplicados, são instrumentos que promovem a isonomia entre os litigantes, evitando decisões divergentes em casos semelhantes.
3. É imprescindível que os Tribunais superiores atuem com responsabilidade na formação e aplicação dos precedentes, respeitando os princípios da legalidade e da justiça.
4. A análise crítica do impacto dos precedentes é fundamental para alcançar uma Justiça do Trabalho mais eficiente e equitativa, que atenda às demandas sociais.
5. A formação dos precedentes obrigatórios deve ser pautada pela transparência e pela participação dos operadores do direito, assegurando um processo democrático na construção da jurisprudência.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso



Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min

Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21

Obter recompensa do desafio



0 vezes

Você completou



Descobrir

Biblioteca

Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

Ser uma pessoa eficaz

Ser um pai melhor

Ser feliz

Melhorar habilidades sociais

Abrir a mente com novos conheci...

Ganhar mais dinheiro

Ser saudável

Continuar